

# ANTIPETISMO E CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES OCORRIDAS EM 2015<sup>1</sup>

Cláudio André de Souza

Faculdade Baiana de Direito/Universidade Católica do Salvador

✉ claudioandre.cp@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho busca compreender o antipetismo enquanto um elemento presente no ciclo de protesto iniciado em junho de 2013, desembocando nas manifestações contra o governo da presidente Dilma e o PT. Analisa-se o perfil dos manifestantes e de que forma os resultados obtidos estimulam a balizar as nuances da crise política atual, assim como as fissuras estabelecidas no lulismo diante da perda de apoio político na sociedade civil e no âmbito institucional. A radicalização do antipetismo observado bastante na sociedade civil e nos protestos ocorridos em 2015 é um fator que compõe a crise política, ajudando a desgastar ainda mais o governo, gerando efeitos imediatos nos níveis de confiança política nas instituições.

**Palavras –chave:** lulismo, protestos, antipetismo.

**Abstract:** This work seeks to understand the anti-PT as an element in the protest cycle started in June 2013, ending up in the demonstrations against the government of President Dilma and PT. Analyzes the profile of the protesters and how the results stimulate mark out the nuances of the current political crisis, as well as cracking down on Lulism at the loss of political support civil society and institutional framework. The radicalization of anti-PT seen enough in civil society and in protests in 2015 is a factor that makes up the political crisis, helping to further erode the government, generating immediate effects on political trust levels in the institutions.

**Keywords:** protest, democracy, government.

Os acontecimentos recentes da política brasileira são desafiantes a todos que estão envolvidos em análises referentes ao desenho institucional, mas também dos protestos e mais recentemente dos repertórios de interação Estado-sociedade (ABBERS, 2011; TATAGIBA, 2013).

As formas de mobilização construídas no país nos últimos anos estão intrinsecamente vinculadas à ascensão do lulismo como uma forma de promover distribuição de renda e inclusão social sem confronto entre as

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão inicialmente publicada enquanto capítulo de livro “Na luta contra o PT: projetos políticos em disputa e radicalização do antipetismo nos ciclos de protesto no Brasil”. In: SOUZA, C. A.; BARREIROS NETO, J. #DemocraciaBr. O momento político atual. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2015.

classes, conforme assinala Singer (2012). As mobilizações recentes representam um jogo tensionado de disputa entre projetos políticos situados nas relações entre Estado e sociedade civil e que também se utilizam da participação como um meio de organização política (DAGNINO, 2006).

Vale ressaltar, no entanto, que as manifestações de junho de 2013 explodiram uma forte indignação com os serviços públicos e com o sistema político, de uma maneira geral, traduzindo o que José Álvaro Moisés (2013) já apontara como forte tendência no cenário brasileiro após a democratização, ou seja, o fato dos índices de baixa credibilidade institucional levarem a um claro distanciamento da política e de seu funcionamento, tratando-se, portanto, de um aspecto relacionado à cultura política.

Um dos argumentos presentes neste trabalho diz respeito à recorrente desconfiança nas instituições por parte dos cidadãos, porém, direcionada a partir de 2015 para a construção de narrativas que responsabilizam quase que exclusivamente o Partido dos Trabalhadores (PT) por erros e posições equivocadas (economia, corrupção, políticas públicas, etc.), mas que atinge, na verdade, o sistema político no qual se sustentam as instituições democráticas.

É possível falar em uma radicalização do antipetismo situada em uma dupla dimensão de análise: a) imputa-se ao partido a responsabilidade por malfeitos na política brasileira em um cenário de forte crítica ao sistema político; b) Mas, no entanto, as mobilizações contra o PT assumem um viés partidário, à medida que buscam a mobilização de segmentos conservadores alinhados à oposição partidária, que ganharam força ao longo do ano de 2015 em protestos contra a Presidente Dilma Rousseff (PT) e tendo como pano de fundo o pedido de impeachment, levando a uma queda brutal dos índices de apoio ao seu governo, conforme pesquisas realizadas pelos principais institutos de opinião.

Em suma, este trabalho tem como objetivo sustentar o argumento de que as manifestações de junho de 2013 e os protestos de 2015 contra o PT

apresentaram pontos de aproximação, além do que existe um confronto em curso entre dois projetos políticos - o projeto neoliberal e o democrático-participativo -, tendo como um dos efeitos a radicalização do antipetismo<sup>2</sup>, como parte constitutiva de um projeto político neoliberal nos termos analíticos sugeridos por Dagnino (2006) e também analisados mais recentemente por André Singer (2015), ao identificar alguns limites e equívocos do lulismo nas decisões encaminhadas no segundo governo da Presidente Dilma, aproximando-se de uma agenda avessa àqueles que foram os responsáveis pela sua reeleição. São estes que tem ajudado a derrubar a popularidade do governo diante de medidas que aceleram as fissuras do lulismo como um modo de representação política, tendo como desfecho o andamento do processo de impeachment no Senado Federal.

### **Confiança como marco das manifestações de 2015**

A confiança enquanto um instrumental analítico nos ajuda a compreender os ciclos de protestos recentes no Brasil, ou seja, a importância da desconfiança como tema central de explicação da cultura política nos estudos sobre a democracia. Moisés (2013, p. 363) confirma que

*[...] a desconfiança política é estrutural e afeta, senão todas, a grande maioria das instituições. Além disso, ela não é um fenômeno transitório, associado a uma situação específica, como denúncias de escândalos ou crises políticas. É persistente da relação entre os cidadãos brasileiros e as instituições, tal como já mostravam as pesquisas conduzidas ao longo das últimas décadas.*

A confiança interpessoal pode ser entendida enquanto processo designador de segurança de procedimento ou crença em outros com quem se interage e se convive, sendo que nas ciências sociais, “o interesse pelo conceito está associado à preocupação com os processos informais por meio

---

<sup>2</sup> A radicalização avança o ódio de classe e rejeição ao PT, como um fenômeno anteriormente observado, isto é, que não se inicia em 2003 com a vitória presidencial de Lula.

dos quais as pessoas enfrentam as incertezas e as imprevisibilidades que decorrem da crescente complexificação da vida” (MOISÉS, 2013, p. 39). O que uma parte considerável da literatura analisa sob a ótica do autor é que

*[...] as experiências dos cidadãos influem decisivamente sobre a confiança política e que elas estão associadas à vivência de regras, normas e procedimentos que decorrem do princípio de igualdade de todos perante a lei. Mostra também, no entanto, que a avaliação dos cidadãos sobre as instituições depende do aprendizado propiciado a eles pelo seu funcionamento prático. Uma vez que sejam capazes de sinalizar, de modo inequívoco, o universalismo, a imparcialidade, a justiça e a probidade de seus procedimentos, assegurando que os interesses dos cidadãos sejam efetivamente levados em conta pelo sistema político, as instituições geram apoio, solidariedade e ganham a confiança dos cidadãos. Em sentido contrário, quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas, a exemplo da experiência recente de países da América Latina e, inclusive, do Brasil. (MOISÉS, 2013, p. 48)*

Esse tipo de explicação remete à valorização da confiança política com base nas instituições e na sua significação cultural e política, balizando em parte o sentido da ação política. Nessa direção, José Álvaro Moisés propõe a defesa da conexão analítica dos conceitos de confiança, cidadania e instituições democráticas.

É possível perceber nas pesquisas realizadas pelo autor que a maior parte dos brasileiros é capaz de definir os princípios de democracia preconizados pelos valores à liberdade e ao conjunto de procedimentos e estruturas institucionais, no entanto, o brasileiro pode ser definido como um cidadão crítico, conforme definição mais ampla de Pippa Norris (1999). O significado disto é o que Moisés<sup>3</sup> exemplifica referindo-se à avaliação dos partidos políticos no Brasil:

---

<sup>3</sup> *op. cit.*

*[...] ao mesmo tempo em que os partidos são reconhecidos como indispensáveis à democracia, o seu desempenho concreto é severamente avaliado, como exemplifica a atitude de desconfiança dos cidadãos; no entanto, mais que querer eliminá-los, a maioria dos cidadãos parece estar dizendo que deseja que eles funcionem efetivamente como mecanismos de representação. A percepção razoavelmente sofisticada dos cidadãos brasileiros sobre a democracia pode servir de base para iniciativas de pressão sobre o sistema político, no sentido de reforma das instituições de representação. Por último, a preocupação com a corrupção também mostra que existe uma demanda sobre o desempenho das instituições encarregadas da responsabilização de políticos e governos. Para um país cuja experiência democrática é relativamente recente, esses sinais não são de pouca importância. (p. 86)*

A desconfiança nas instituições configura intensamente o quadro político impulsionador das manifestações de junho de 2013, quando milhares de pessoas foram às ruas pela primeira vez apresentando uma grande reprovação aos políticos e às instituições políticas. Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha no ato do dia 18/06 em São Paulo, 84% dos participantes não tinham preferência partidária e 40% foram protestar contra a corrupção e 24% contra os políticos<sup>4</sup>. Há entre os cidadãos comuns uma forte menção à corrupção como algo que determina significativamente a capacidade de eficácia das políticas públicas.

Segundo as considerações de Romão (2013), as manifestações levaram a uma tentativa de resposta por parte do governo federal, sendo que este não foi capaz de conduzir um debate mais fecundo com a sociedade civil, derrubando os índices de aprovação do governo. Entre abril de 2012 e março de 2013 a aprovação do governo Dilma oscilava entre os 62 e 65 pontos percentuais (Datafolha), sendo em novembro de 2013 de 36%.

Concordamos com Tatagiba (2014) quando aponta que há um ciclo em aberto após as manifestações de junho, que levaram à cabo um contraditório e multifacetado “desejo de mudança”, já sendo possível enxergar uma disputa entre projetos políticos distintos. Para a autora,

---

<sup>4</sup> Mais detalhes no link: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 09/out. 2015

*[...] as características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças, na qual os movimentos sociais tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos. (p. 58)*

Essa afirmação põe junho de 2013 “em disputa”, sendo que os atos atraíram grupos sociais alinhados a distintos projetos políticos. De algum modo, os repertórios de mobilizações que se sucederam nos anos seguintes apontam para uma tensão ainda em curso, mas de afastamento do projeto político democrático-participativo, conforme o quadro analítico sugerido por Dagnino (2002).

O conceito de projeto político se baseia numa visão gramsciana importante para analisar a sociedade civil, sendo definido enquanto um “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2002, p. 282).

Olhando para as manifestações de 2015, vê-se que a grande novidade do momento político atual, portanto, além da rearticulação do projeto neoliberal, é a ocupação das ruas como uma forma de ação coletiva, sendo que a sucessão de mobilizações após junho de 2013 reforçou uma guinada conservadora impulsionada pelo antipetismo<sup>5</sup>.

É difícil definir o tempo na política, mas os desdobramentos da polarização política e a ascensão da direita têm como um dos fatores a inabilidade do lulismo em responder às insatisfações reverberadas pelas ruas em 2013 e que se voltaram contra a copa do mundo como uma oportunidade política (TARROW, 2009) para denunciar as desigualdades no país diante da

---

<sup>5</sup> O Movimento Brasil Livre (MBL) é um dos grupos articuladores dos protestos realizados contra o PT no ano de 2015, sendo emblemático observar nos documentos, vídeos e site como eles se reconhecem como defensores de um Estado mínimo, aliando-se, em grande medida, ao receituário neoliberal, mas que utilizam como um dos slogans, “Brasil livre é Brasil sem PT”.

construção de uma infraestrutura cara e complexa com o intuito de sediar um evento organizado para fins privados (ver foto abaixo) <sup>6</sup>.



Figura 1 - manifestação de junho de 2013 em São Paulo.

### **Antipetismo e as manifestações “Fora PT”**

O sentimento de mudança que tem pairado na sociedade brasileira mantém uma relação intrínseca com os resultados negativos de confiança nas instituições há certo tempo, no entanto, os escândalos de corrupção cobertos pela grande imprensa e a forma pela qual a oposição arregimentou apoio nas eleições de 2014 revelam o peso do antipetismo como impulsionador das mobilizações em curso a partir de 2015. Ou seja, a percepção para grande parte dos cidadãos comuns é que a performance das nossas instituições resume-se de imediato na ineficácia em amplo sentido de um partido político no governo.

A sustentação desse antipetismo e a sua respectiva força social e política não ocorreria sem se apresentar como um projeto político em termos gramscianos, ou seja, de grande penetração e legitimidade na sociedade civil, um espaço marcado por distintos projetos e interesses. A crise vivida pelo PT a partir das manifestações de junho de 2013 perpassa justamente pela dimensão daqueles espaços públicos que originaram o partido como uma

<sup>6</sup> Imagem disponível no link: <<http://www.revistaforum.com.br/cinegnose/2015/06/03/diga-com-o-que-fazes-metaforas-e-direi-quem-es-padroao-fifa-cbf-e-os-slogans-das-manifestacoes/>> Acesso em 15/mar. 2016

agregação extra-parlamentar e de representação dos movimentos sociais. Dagnino (2006) alerta para o fato de não existir homogeneidade na sociedade civil. A partir do momento em que o partido deixa de enfatizar alguns repertórios de ação “de rua” por meio da ação de movimentos sociais ambientados nos “gabinetes” e nos acordos firmados no interior dos partidos, promove-se um afastamento de um lócus privilegiado da batalha política.

Embora, o antipetismo seja um fenômeno presente desde a fundação do PT na década de 80, ele foi impulsionado pelo cenário eleitoral de 2014, radicalizando-se no ambiente institucional e de mobilização da sociedade civil no ano de 2015. A radicalização do antipetismo possui dois aspectos: ele se refere ao ódio de classe<sup>7</sup>, ecoando um posicionamento ideológico afastado claramente de pautas relacionadas a valores como justiça, igualdade e inclusão social, assim como a mobilização das oposições partidárias e de segmentos da sociedade civil que se sustentam no argumento de inviabilidade institucional (crise) do governo petista.

Nessa direção, Helcimara Telles (2015, p. 19) analisa os manifestantes que tem ido às ruas em 2015:

*[...] a principal particularidade deste grupo de manifestantes analisados é, além da crítica aos casos de corrupção, o profundo sentimento contrário ao PT, aos seus líderes e às agendas de inclusão social. O que mudou entre 2010 e 2014? Por que apenas presentemente o tema de corrupção passa a alterar as atitudes dos eleitores, a ser associada como um atributo natural do petismo, e a organizar as ruas? Em primeiro lugar, a explicação para os protestos pela saída da presidente e o antipetismo não decorrem somente da cobertura que a mídia faz de casos de corrupção que envolvem o PT. De fato, há parcelas do antipetismo que podem ser explicados como uma reação da opinião pública aos casos de corrupção dos quadros do PT, amplamente divulgados pela mídia. Mas, tal sentimento contrário ao PT não tem sua origem simplesmente na narrativa feita pela mídia sobre os casos de atos ilícitos praticados por este partido (...) o antipetismo e o antipartidarismo – encontrados entre os manifestantes – não procedem simplesmente de uma reação à corrupção. Eles são do mesmo modo provenientes da divergência dos participantes dos protestos*

---

<sup>7</sup> Esta análise pode ser conferida na entrevista concedida por Luiz Carlos Bresser-Pereira à Folha de São Paulo em 01/03/2015. Confira a entrevista no link: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml> > Acesso em 11/out. 2015



DOSSIÊ  
CLÁUDIO ANDRÉ DE SOUZA  
ANTIPETISMO E CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES  
OCORRIDAS EM 2015

*com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres.*

Tanto a autora como Renato Janine Ribeiro (2014), ao analisarem o impacto da discordância dos manifestantes de 2013 e 2015 com relação às políticas de inclusão social, poderiam resgatar no plano analítico o conceito de lulismo (SINGER, 2012), que favorece o entendimento não somente do papel do realinhamento eleitoral ocorrido na eleição presidencial de 2006, mas o peso destas políticas ao buscar estabelecer uma agenda de representação dos mais pobres, mas sem confrontar o *status quo*.

Nesse sentido, o antipetismo ambientado na sociedade civil repercute desde 2015 a “canalização” da pouca confiança nas instituições por parte dos cidadãos em direção à presença do PT no poder. Em linhas gerais, os manifestantes de 2013 e 2015 souberam conduzir as críticas a um sistema político como um processo de responsabilização na prática de um só partido. Isso explica o mote dos protestos em algumas capitais, com cartazes, falas em trios e faixas “na luta contra o PT”.

O perfil dos protestos de 2015 nos leva a considerar que existe uma conexão com as narrativas das manifestações de junho de 2013 (melhoria dos gastos públicos, combate à corrupção, entre outros), mas expandem-se, na verdade, mobilizando grande parcela de eleitores que sempre estiveram mais distantes do apoio eleitoral ao PT, principalmente após a ascensão do lulismo em 2006 pela via do fenômeno de realinhamento eleitoral (SINGER, 2012).

Segundo os dados do Datafolha sobre o perfil dos manifestantes que foram às ruas no primeiro protesto do ano (15/mar.), 82% votaram em Aécio Neves nas eleições passadas, 37% tinham preferência partidária pelo PSDB, 37% são assalariados registrados, 74% foram a uma manifestação pela primeira vez e 76% dos entrevistados possuíam o ensino superior.

O perfil dos manifestantes que foram às ruas nesse mesmo dia na cidade de Porto Alegre (RS) em pouco difere da parcela da população que se

mobilizou na capital paulista. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Index, 76% disseram ter votado no candidato Aécio Neves, 87,2% se disseram brancos, 40,5% declararam renda acima de dez salários mínimos e 44% disseram estar decepcionados com o PT e 56,8% afirmaram estar decepcionados com os políticos como um todo. Quando perguntados o que levaram eles às ruas, 43,8% afirmaram estar indignados com a corrupção.

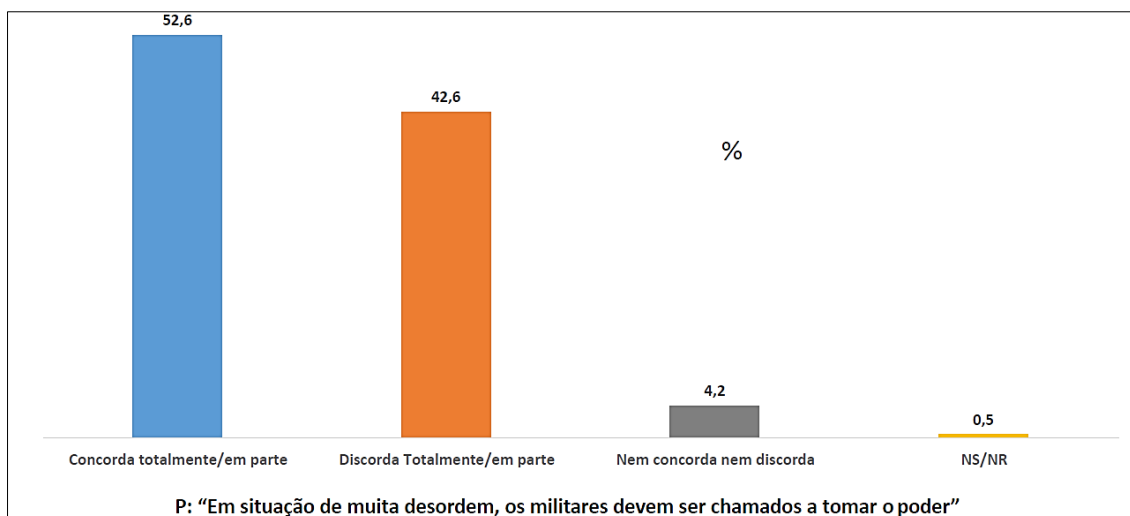
Em pesquisas realizadas ao longo do ano de 2015 pelo Grupo de Pesquisa Opinião Pública (UFMG) percebe-se que o perfil ideológico dos manifestantes de Belo Horizonte aproxima-se do projeto político neoliberal. Estes são, portanto, eleitores da oposição e que defendem na sociedade civil um projeto político antagônico ao PT.

Esse cenário também é muito semelhante aos resultados obtidos em Salvador (BA) <sup>8</sup>, traçando o perfil dos participantes do protesto do dia 16 de Agosto, que apresentaram fortes críticas ao PT, embora uma parcela inferior tenha já votado no PT em alguma eleição. Conforme o Gráfico 1, a pesquisa entre os soteropolitanos que compareceram à manifestação em agosto de 2015 apontou um apoio de 52,6% a uma possível intervenção militar em caso de desordem. O Gráfico 2 apresenta o sentimento conformado nos manifestantes com relação à presidente Dilma e o PT. A grande maioria apresenta um sentimento muito forte de negação do PT e, por conseguinte, do governo Dilma. Claro que em um contexto de presidencialismo de coalizão a crise política perpassa pela desconstrução da figura do líder político, que significa colocar a presidente como um alvo do antipetismo.

---

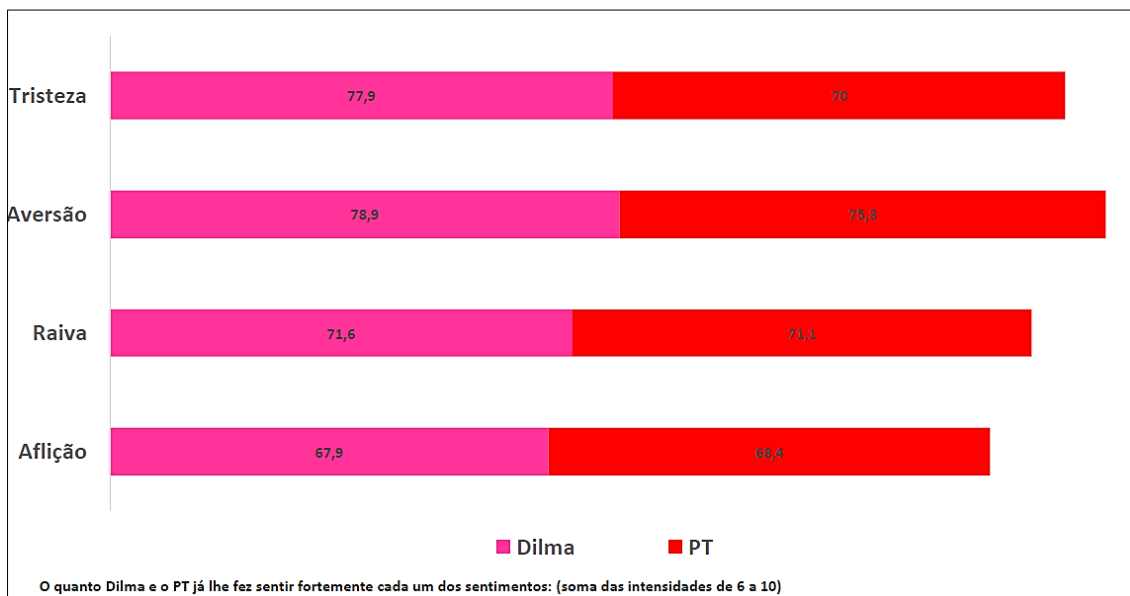
<sup>8</sup> Pesquisa realizada pelos Professores Cláudio André de Souza (UCSAL) e Leonardo Fernandes Nascimento (UFBA) em parceria com o Grupo Opinião Pública (UFMG). Os resultados da pesquisa estão disponíveis no link: <<https://drive.google.com/file/d/0B9bLXWZjaF0oc093NWg0dk9UUTQ/view>> Acesso em 11/out. 2015

**Gráfico 1 – Apoio à intervenção militar em caso de muita desordem, Salvador – 2015.**



Fonte: elaboração do autor.

**Gráfico 2 – Sentimentos que Dilma e o PT fizeram sentir, Salvador – 2015.**



Fonte: elaboração do autor.

A radicalização do antipetismo soma-se à crise de representação vivida em outro patamar entre os eleitores lulistas, que ao longo do ano de 2015 e 2016 têm reprovado o governo, independente do porte do município, escolaridade, renda, região e preferência partidária.

A erosão do apoio ao lulismo se condensa na baixa capacidade de diálogo dos governos Dilma com a sociedade civil e às ações desastradas na economia. Soma-se a isso, o peso dos escândalos de corrupção no país como um malfeito “estruturalmente” petista, depositando sobre o partido o legado de décadas de desconfiança nas instituições que tem sido observado na cultura política dos brasileiros.

Em artigo publicado recentemente visando um balanço dos governos Dilma e do lulismo, de uma maneira geral, como um fenômeno atual da política brasileira, André Singer (2015) analisa o recuo do desenvolvimentismo durante os governos Dilma, protagonizando o pano de fundo de uma séria crise do lulismo, o que ainda não se incorporou ao debate público de agendas por parte da sociedade civil, mas que tem como reflexo da disputa a radicalização do antipetismo posta em curso a partir das eleições de 2014.

A crise “estrutural” do lulismo tem como um dos efeitos a continuidade dos ciclos de protestos a partir de 2013, mobilizando e levando às ruas uma nova direita que tem se apoiado na estratégia da participação da sociedade e de intensa “militância digital” nas redes (TELLES, 2015b).

Essa nova direita pode potencializar o confronto com o lulismo em algumas pautas, todavia, a crise do lulismo reside no âmago do projeto democrático-participativo, pois deriva não somente da mudança dos repertórios de mobilização dos movimentos sociais, que, no intuito de evitar o enfrentamento à arbitragem de interesses sustentada pelo lulismo, tem recuado dos conflitos mais amplos que envolvem as agendas do governo federal, mas também assistem ao desmonte da inclusão social enquanto uma orientação do governo por meio da defesa do desenvolvimentismo. Nas palavras de Singer (2015, p. 66-7), a crise do lulismo refere-se aos seguintes aspectos:

*[...] um Estado capaz de comandar a atividade econômica é de alto interesse para a fração organizada da classe trabalhadora, assim como para as camadas populares em geral e também, em um primeiro momento, para a burguesia*

*industrial. A intervenção do Estado abre avenida para a industrialização, o pleno emprego, o aumento dos salários e a inclusão do subproletariado. Só que, logo depois, quando o Estado passa a ter o poder de comando sobre a economia, os industriais recuam. Em ponto pequeno, o ensaio desenvolvimentista de Dilma teria, assim, seguido as pegadas da década de 1960. Na partida, a burguesia industrial pede ofensiva estatal contra os interesses estabelecidos, pois depende de política pública que a favoreça. Para isso, alia-se à classe trabalhadora. No segundo ato, os industriais “descobrem” que, dado o passo inicial de apoiar o ativismo estatal, estão às voltas com um poder que não controlam, o qual favorece os adversários de classe, até há pouco aliados. No terceiro episódio, a burguesia industrial volta-se “contra seus próprios interesses” (Cardoso) para evitar o que seria um mal maior: Estado demasiado forte e aliado aos trabalhadores. Une-se, então, ao bloco rentista para interromper a experiência indesejada. Tal como em 1964, as camadas populares não foram mobilizadas para defender o governo quando a burguesia o abandonou. Mais uma vez o mecanismo burguês pendular ficou sem contrapartida dos trabalhadores. A duplicidade recorrente da camada que responde pela vida fabril brasileira faz recordar, por outro lado, que o ensaio desenvolvimentista não foi só voluntarismo. Houve, no início, efetiva pressão burguesa em favor de programa reindustrializante. Mas, ao não lembrar a lição de que o avanço estatal seria sucedido de inevitável recuo, o plano desabou. Em suma, ao cutucar onças, a presidente deveria ter considerado os instrumentos que teria à mão para reagir quando viesse o bote do contra-ataque. Sem planejamento político, o ensaio desenvolvimentista abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa unificada em favor do retorno neoliberal tornou-se incontrastável. Até por não haver, na sociedade, quem enxergasse a necessidade de contrastá-la.*

## Conclusões

Sendo o lulismo a política implementada pelo ex-presidente que atraiu o apoio dos mais pobres ao PT sem entrar em atrito com os mais ricos<sup>9</sup>, é possível compreender que a atual crise do governo atravessou o ano de 2015 como um entrecruzamento de elementos conjunturais e estruturais, tratando de questões imanentes à governabilidade e da necessidade de realizar reformas no modelo de funcionamento do Estado (ABRÚCIO; TEIXEIRA, 2015).

Um dos pontos em destaque na argumentação aqui exposta se refere a uma crise de representação política do PT<sup>10</sup>, que está no âmago da delicada

<sup>9</sup> Cf. entrevista recente de André Singer onde avalia o momento político atual: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/10/politica/1444431979\\_853273.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/10/politica/1444431979_853273.html)> Acesso 11/out. 2015

<sup>10</sup> Cabe à ciência política se debruçar diante da fragilidade na definição do que é estelionato eleitoral como forma de interpretação do momento político atual. Tomo como ponto de partida compreender que o PT vive

operação de contemplação de projetos políticos contrários no âmbito do governo, especialmente, nas movimentações iniciadas no segundo mandato da Presidente Dilma, quando, somada à erosão de apoio da base lulista, o governo promoveu reorientações macroeconômicas afastando-se de medidas favoráveis aos interesses dos mais pobres.

A aproximação entre as manifestações de junho de 2013 e os protestos de 2015 reside na forte crítica ao sistema político avaliado através da forte desconfiança às instituições, no entanto, há uma disputa em curso no seio das mobilizações: a radicalização do antipetismo impede a consecução de um movimento mais ampliado capaz de conduzir como pauta uma refundação democrática enquanto janela de oportunidade da crise instaurada. O que tem se desenrolado nos meses iniciais de 2016 refere-se ao processo de mobilização da sociedade civil contra o governo Dilma, mas sem enxergar as consequências do impeachment (pelas “pedaladas fiscais”) ao levar ao poder o PMDB que se encontra em uma pior situação ao ter os seus principais dirigentes envolvidos na Operação Lava Jato.

Os protestos de 2015 consolidam na conjuntura atual a crise do lulismo e o consequente avanço do projeto político neoliberal<sup>11</sup> nos termos analisados por Evelina Dagnino. Uma novidade marcante é o fato de a direita utilizar um repertório de ação comum aos movimentos sociais orientados ideologicamente pela esquerda nas últimas décadas, o que atesta o sentido de radicalização do antipetismo. Outro indicador que pode surgir no cenário eleitoral de 2016 é o possível caráter plebiscitário das candidaturas antipetistas nas grandes e médias cidades, levando à “nacionalização” das eleições locais. Com a conjuntura atual marcada pela possibilidade de impeachment as estratégias dos partidos serão fortemente pautadas pelos desdobramentos conformados na Praça dos Três Poderes.

---

uma crise de representação política, semelhante aos cenários vividos pelas democracias desenvolvidas que viveram forte rejeição das instituições nas décadas finais do século XX.

<sup>11</sup> Vale a leitura do manifesto do PMDB que parece inspirar alguns passos a serem dados caso o vice-presidente Michel Temer ocupe o lugar da presidente Dilma Rousseff. Disponível no link:

O lulismo até aqui representou grandes acordos que impulsionaram parcialmente a inclusão social, já que o sistema político não permite aventuras fora das coalizões dependentes da fragmentação partidária. Os governos petistas pouco enfrentaram um amplo debate público em torno de reformas estruturantes, mas, sem dúvida, formularam políticas públicas que dificilmente sairão de cena nas próximas eleições.

A crise política possui três aspectos passíveis de debate: num primeiro plano, a crise se iniciou quando após reeleito o governo pouco quis dialogar com a sociedade civil, se esquivando, inclusive, de responder com autocrítica sobre os diversos erros hoje atribuídos como se fossem exclusivos ao partido. Valeria nesse período retrucar a forte crítica do PSDB a uma falta de legitimidade do segundo governo da presidente Dilma. Outro equívoco: promoveu-se uma montagem ministerial baseada somente no cálculo partidário de governabilidade com a nomeação de quadros esdrúxulos no primeiro escalão com pouco ou nenhum prestígio no mundo real. Os ministros necessitam sociologicamente de um papel forte de liderança na sociedade civil e nas estruturas burocráticas no âmbito governamental. A esperança desenhada na polarização das eleições de 2014 deu lugar a “fantasmas” ministeriais que nem conseguiu dirigir a burocracia, nem as bancadas parlamentares as quais estavam designados a ocupar os cargos e nem muito menos de representação política junto à sociedade.

No segundo plano, a oposição demonstrou se comportar como se estivesse em um terceiro turno sem refletir sobre os verdadeiros desafios do país. É ingênuo afirmar que “pedalada fiscal” ou “caixa dois” são males petistas ou federais, o que nos leva a crer que o impeachment só resolve os interesses imediatos dos que querem chegar (logo) ao poder. O maior legado da oposição tem sido capitanear a radicalização do antipetismo, que lembra os discursos do “velho PT”, que se intitulava como o único partido ético existente.

Por fim, os próximos governos conviverão com ciclos de protestos. Em junho de 2013 milhares de jovens foram às ruas criticar os serviços públicos e cobrar mudanças na política. Em 2015, um contingente significativo de pessoas foram mobilizadas contra o governo do PT por canalizarem no partido uma desconfiança generalizada às instituições democráticas, conquanto, a representação política dos mais pobres tem ficado a cargo do lulismo, havendo uma incapacidade da oposição em defender os interesses mais vinculados aos trabalhadores, algo que ficou explícito nas eleições de 2014. Os movimentos sociais vinculados com a esquerda parecem iniciar a partir de 2015 um novo ciclo de mobilizações que dependerá do desfecho final do impeachment. Tal ciclo sugere voltar-se a começar um novo tempo capaz de superar o lulismo como forma de conciliação de interesses.

Além da novidade de que direita e esquerda encontram na participação das ruas uma forma de fazer política, os brasileiros estão mais atentos à política. Apesar do impeachment, quais serão os sinais visíveis de amadurecimento da democracia nessa crise que atravessa o país?

## Referências

- ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, v.13, n.28, p.52-84, dez.2011.  
Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 out. 2015.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v.57, n.2, p.325-357, jun.2014.
- ABRUCIO, F.; TEIXEIRA, Marco A. C. Combinação de duas crises aumenta a incerteza atual. *Revista GVExecutivo*, São Paulo, v.14, n.2, jul-dez, 2015.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. et ali. (org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.



DOSSIÊ  
CLÁUDIO ANDRÉ DE SOUZA  
ANTIPETISMO E CICLOS DE PROTESTOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES  
OCORRIDAS EM 2015

- NORRIS, P. *Critical Citizens: Global Support for democratic government*. Nova Jersey, Oxford, University Press, 1999.
- RIBEIRO, R. Janine. Eleições 2014 – A Quarta Agenda da Democracia Brasileira (Ou: o que 2013 Trouxe). *Revista Interesse Nacional*, abr-jun. 2014. Disponível em <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/eleicoes-2014-a-quartaagenda-da-democracia-brasileira-ou-o-que-2013-trouxe/> Acesso em 07 de set./2015.
- ROMÃO, Wagner. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. *Agenda Política: Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v.1, n.2, 2013.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n.97, p.23-40, nov.2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 06 out. 2015.
- TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992, 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. *Revista Política e Sociedade*. v.13, n.28, 2014.
- TELLES, H. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O Boom da Direita na Política Nacional? *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, Ano 8, n.30, jul-set.2015.
- \_\_\_\_\_. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise político-institucional. *Revista GV Executivo*, São Paulo, v.14, n.2, jul-dez.2015b.